

MITOCRÍTICA PORTUGUESA: NA CRISE FINISSECLAR, O REFLORESCER DE MITOS

Roberto Nunes Bittencourt (UFRJ)
nbroberto@ymail.com

O estudo do imaginário, para Gilbert Durand, se constitui em uma apreciação arquetípica da imaginação criadora. Em suas reflexões, destaca que o homem é dotado de uma potencial faculdade simbolizadora no meio sócio-cultural. Pensando na possibilidade de interpretação desses símbolos e das imagens que se configuram no inconsciente coletivo – as projeções inconscientes dos arquétipos em interação com as solicitações do meio – o antropólogo do imaginário propôs uma classificação taxionômica das imagens do sistema antropológico, propondo-se, por exemplo, a diferenciar arquétipo, símbolo, signo e, por fim, mito.

Para Durand, o arquétipo possui um caráter universal e nunca poderá ser ambivalente; quanto ao símbolo, este possui uma polivalência que, perdida, pode se transformá-lo num simples sinal arbitrário, conforme Durand elucida, ao dizer que:

enquanto o arquétipo está no caminho da ideia e da substantificação, o símbolo está simplesmente no caminho do substantivo, do nome, e mesmo algumas vezes do nome próprio. [...] Enquanto o *schème ascensional* e o arquétipo do céu permanecem imutáveis, o simbolismo que os demarca transforma-se de escada em flecha voadora, em avião supersônico ou em campeão de salto. Pode-se mesmo dizer que perdendo polivalência, despojando-se, o símbolo tende a tornar-se um simples signo, tendo a emigrar do semantismo para o semiologismo: o arquétipo da roda dá o simbolismo da cruz que, ele próprio, se transforma no simples sinal da cruz utilizado na adição e na multiplicação, simples sigla ou simples algoritmo perdido entre os signos arbitrários dos alfabetos. (DURAND, 2002, p. 62)

No que se refere ao mito, Gilbert Durand, diz que este, como um sistema dinâmico (de símbolos, arquétipos e *schèmes*¹¹) “já é um esboço de racionalização, dado que utiliza o fio do discurso, no qual os símbolos se resolvem em palavras e os arquétipos em ideias. O mito explicita um *schème* ou um grupo de *schèmes*” (DURAND, 2002, p. 63), sendo, portanto um arranjo de símbolos e arquétipos que se apresenta através de *mitemas* – uma narrativa puramente ficcional, envolvendo pessoas, ações ou eventos super-naturais e incorporando ideias populares referentes a um fenômeno natural ou histórico, Durand percebe que há certos mitos diretivos que se manifestam através da redundância – mitemas obsessivos – repetindo-se recorrentemente, através da organização dos símbolos. Assim, dirá este antropólogo do imaginário que, em todas as épocas e em todas as sociedades, existem mitos que orientam e modelam a vida dos homens.

Assim, os *mitemas* que constituem a narrativa mítica permitem a análise sincrônica, enquanto *leitmotiv* da narrativa, tornando-se mais significativos – pois tendem a se intensificar, a se precisar – na medida em que se repetem. De acordo com a visão de Durand, portanto, um *mitema* pode ser um motivo, um emblema, um objeto, um cenário mítico ou uma situação dramática, apenas para citar alguns exemplos. Visando à identificação dos *mitemas* e do mito diretivo do “texto cultural”, Gilbert Durand estabelece três momentos, dos quais o primeiro caracteriza-se pelo levantamento dos “elementos” que se repetem de forma obsessiva e significativa na narrativa, constituintes das sincronias míticas da obra; propõe, em seguida, um exame do contexto em que aparecem, além da combinatória das situações, as personagens, os cenários etc.; e, por fim, pensa a apreensão das diferentes lições do mito e das correlações da mensagem de um determinado mito com as de outros mitos de uma época ou um espaço cultural determinados.

Ao longo dos seus estudos, sistematizando uma classificação dinâmica e estrutural das imagens, Gilbert Durand propôs uma teoria que se preocupasse com as estruturas antropológicas do imaginário, ou seja, que tivesse como interesse as configurações de imagens simbólicas, a partir de símbolos universais – os arquétipos. Sua metodologia pauta-se no “método crítico do mito” (DURAND, 1996, p. 159) – a *mitodologia* ou a manifestação discursiva do imaginário – que supõe duas formas de análise: a mitocrítica e a mitanálise. Conforme destaca o próprio Durand:

¹¹ O *schème* é, de acordo com Durand “a generalização dinâmica e afetiva da imagem” (2002, p. 60).

Assim, a descrição, a classificação e o estudo daquilo a que chamei o aparelho mítico pode constituir um auxílio precioso para o antropólogo na detecção de ideologias, de *Weltanschauungen*, de terminologias de uma sociedade e de uma época, aquilo que designei de mitanálise quando se trata de antropologia e de mitocrítica quando se trata de textos literários. (DURAND, 1996, p. 116)

A mitocrítica, portanto, refere-se a um método de crítica de discurso que centra o processo de compreensão no relato de caráter mítico para significar o emprego de um método de crítica literária, de crítica do discurso. Percebe-se, por exemplo, a proximidade entre o discurso literário e o “texto cultural” do mito, destacando suas metáforas obsessivas e interpretando-as mediante o mito pessoal do autor. A mitanálise, por sua vez, é um método de análise científica dos mitos diretores, patentes e latentes, configurados nos fenômenos socioculturais. Trata-se, pois, do desvelamento dos movimentos míticos nas sociedades, considerando o contexto social, buscando pensar os mitos diretivos de uma dada sociedade, em um período de tempo.

Numa perspectiva *mitocrítica*, tal como postula Gilbert Durand, é possível uma crítica do discurso do texto da Literatura Portuguesa finissecular, que se configura como espaço de reinvenção de um passado coletivo, cujas utopias e traumas têm povoado abundantemente a cultura portuguesa desde as origens da nacionalidade. Frutos de contextos históricos e da fermentação das mentalidades, os traumas, os mitos e as utopias são elementos estruturantes do imaginário português que permitam compreender melhor e mais profundamente muitos elementos da história política e cultural portuguesa.

O contexto histórico do Portugal de fim-de-século foi marcado por uma profunda crise do pensamento, sobretudo pelo desalento, ao perceber que, mesmo com os avanços científicos, não melhorou diante do choque de uma sociedade que experimentava um intenso progresso técnico e científico, ainda que numa escala mais reduzida, e que se beneficiava da inauguração da estrada de ferro que ligava Coimbra a Paris – acelerando o trânsito de livros e ideias entre Portugal e França –, o que propiciou o florescimento de uma literatura decadentista, dando ao final do século XIX o senso de decadência.

A propósito do clima finissecular português, Maria de Lourdes Belchior aponta que “São anos de encruzilhada, de confusão e de naufrágio os anos de 1890 a 1910-1915. A literatura denuncia e revela as situações, os problemas e as angústias daqueles anos de viragem do século XIX para o século XX” (BELCHIOR, 1980, p. 121). A discussão da fra-

gilidade orgânica de Portugal foi denunciada e contestada, marcada pelo cenário de um definhamento rágico que conduzia a nação a um sentimento de catástrofe irreversível.

A essa altura, a juventude – descrente da ideologia monárquica – aderiria cada vez mais aos ideais republicanos e socialistas. Além disso, todo o descontentamento cristalizava-se, também, num profundo anticlericalismo. O desencanto generalizava-se frente às possibilidades de contato, cada vez mais intensas, com o resto da Europa, que permitiam uma comparação, num agudo olhar, entre a realidade nacional e o que se passava além de Portugal.

É a partir de tal perspectiva que se pensa – diante de um panorama específico da literatura portuguesa de finais do século XIX e nas décadas iniciais do século XX – a presença sempre persistente de heróis e mitos nacionais. Ressalte-se, porém, que a recuperação da pátria, à época de Almeida Garrett e Alexandre Herculano, por exemplo, já era um tema que se impunha pela sua importância. A partir deles é que as gerações seguintes retomariam a consciência de nação decadente e, em reação aos acontecimentos históricos do seu tempo, apenas tornariam mais intensa a dolorosa diferença entre passado e presente nacionais. Garrett, num texto intitulado *Portugal na balança da Europa*, sintomaticamente já apontava que “Somos chegados a uma grande crise da Europa, de todo o mundo civilizado; crise que ha tantos annos se prepara, que tantos symptomas annunciavam proxima” (GARRETT, 1867, p. 17) para, então, concluir que:

Praza a Deus que todos, de um impulso, de um accôrdo, de simultaneo e unido esforço todos os Portuguezes, sacrificadas opiniões, esquecidos odios, perdoadas injúrias, ponhamos peito e metamos hombros á difficil mas não impossivel tarefa de salvar, de reconstituir a nossa perdida e desconjuncta pátria, de re-equilibrar enfim Portugal na balança da Europa. (GARRETT, 1866, p. 322)

Em Portugal, desde os românticos, portanto, até a geração finissecular, os heróis nacionais são alvo de reinvestimento mítico com intuítos patrióticos. O texto literário passa a refletir, assim, uma atividade transfiguradora do passado, levando Eduardo Lourenço a concluir que:

O fim do século XIX, por reacção ao criticismo devastador e impotente da década de 70, mas também como resposta à agressão do monstro civilizado (Inglaterra), verã eclodir a mais nefasta flor do amor pátrio, a do misticismo nacionalista, fuga estelar a um encontro com a nossa autêntica realidade, mas, ao mesmo tempo, expressão profunda sob a sua forma invertida de uma carência absoluta que é necessário compreender desse modo. (LOURENÇO, 2007, p. 31)

Nos cruzamentos entre a memória histórica e a efabulação, o texto literário configura-se, sobretudo, como o espaço de reinvenção de um passado coletivo, cujas utopias e traumas têm marcado abundantemente a cultura portuguesa desde as origens da nacionalidade. O mito, com a sua função “simultaneamente [...] explicativa, unificadora e mobilizadora” (VIÇOSO, 2002, p. 125), assume-se como diretor do destino histórico da nação, que se socorre justamente do mito perante um presente que se afigura decadente, fugindo então “da terra para a região aérea da poesia e dos mitos” (MARTINS, 1964, p. 360-361).

Como diz António Quadros, “a mitogenia portuguesa contém uma energia própria, transcende os eventos históricos, se é que não os provoca, estimula, alimenta” (QUADROS, 1989, p. 50). Os mitos assumem, portanto, a função de garantir a segurança e a auto-estima nacionais, recuando ao seu passado para nele revisitar figuras proeminentes e fatos gloriosos que novamente se prestem à reprodução de uma memória nacional, contrastante com o estado de crise atual. Aliás, Claude Lévi-Strauss, a respeito da mitificação de fatos históricos, diz que “o caráter aberto da História está assegurado pelas inumeráveis maneiras de compor e recompor as células mitológicas ou as células explicativas que eram originariamente mitológicas” (LÉVI-STRAUSS, 1987, p. 60). Assim, o caráter explicativo ou simbólico do mito, relacionado com uma dada cultura, constitui-se na primeira tentativa de explicar a realidade, procurando interpretá-la sem a necessidade de pautar-se em argumentos racionais para suportar essa interpretação. Os acontecimentos históricos, portanto, podem transformar-se em mitos, na medida em que adquirem uma determinada carga simbólica para uma dada cultura.

Da Geração de 70 à de 90, e chegando ao tempo de Orpheu, por exemplo, avança-se por períodos de múltiplas tendências, que se entrecruzam e são frequentemente coexistentes, seja no decadentismo-simbolismo ou num neorromantismo de pendor neogarrettista ou vitalista, passando, ainda, pela progressiva elaboração da vertente saudosista do neo-romantismo e o modernismo.

Herdeiros do positivismo de Comte, do idealismo de Hegel e do socialismo utópico de Proudhon e Saint-Simon, a mesma Geração de 70 viria a constituir, posteriormente – diante de todos os desânimos e frustrações que acabam por refletir fracassos anteriores – os Vencidos da Vida (1887), que, no dizer de António Cândido Franco:

são a geração de 70 apanhada no cruzamento da geração de 90. E, ante ela, o Antero, o Eça e o Oliveira Martins sentem-se vencidos pela vida; vencidos pe-

las ideias da geração do Sampaio Bruno e do António Nobre e porque nunca conseguiram, no fundo, realizar aquilo a que se tinham proposto nas Conferências do Casino. (FRANCO, 2007, p. 122)

Há, certamente, que se discutir e ponderar sobre o que diz António Cândido Franco. É nesse contexto de uma geração educada pelo pessimismo social – resultante, sobretudo, da política constitucional finissecular – que a geração de 90 irá assistir ao fracasso e à desistência de mentalidades como Antero de Quental e Oliveira Martins, sofrendo, ainda, o malogro psicológico provocado pelo Ultimato, que já parecia predizer a agonia da Pátria.

As reações desencadeadas por este evento revelam, emblematicamente, o clima que então se vivia, como, por exemplo, a criação, no Porto, da Liga Patriótica do Norte, cuja presidência foi confiada a Antero de Quental, além da Liga Liberal, em Lisboa; destaque, também, para a publicação de *Finis Patriae* e *Marcha do Ódio*, de Guerra Junqueiro; o aparecimento de *A Portuguesa*, canção de tom patriótico, com texto de Henrique Lopes de Mendonça e música de Alfred Keil, utilizada desde cedo como símbolo patriótico, mas também republicano. Como ressaltam António José Saraiva e Óscar Lopes, “com o Ultimato de 1890, a sensibilidade literária portuguesa foi deflectida por um sentimento de catástrofe nacional” (SARAIVA; LOPES, 1997, p. 941).

Muitos intelectuais assumem, portanto, uma atitude derrotista e pessimista quanto à maneira de encarar a realidade nacional. É o sentimento que, como diz Basílio Teles, consiste “em crer que a nação não tem futuro; que toda a esperança de uma revivescência pátria deve ser abandonada; que, portanto, nada valem esforços, ideias, planos, para salvar o que o destino condenou” (TELES, 1905, p. 220).

Todo este clima, inclusive, viria a se incluir noutra ainda mais vasto, o descrédito na latinidade – o *finis latinorum* – de que os povos ibéricos se deixaram invadir, convencidos da superioridade das raças e das culturas nórdicas. Vai assim nascer e crescer o pessimismo nacional do fim do século XIX e início do XX. Sentimento derrotista presente, por exemplo, em Alberto de Oliveira – a quem Costa Dias chama o “doutrinador da escolástica do pessimismo” (DIAS, 1964, p. 36) –, nas suas *Palavras Loucas*, de 1894, em que ressoa todo o desencanto e pessimismo de uma geração diante do destino nacional. Conforme escreve o autor: “Na minha voz fala um povo a morrer [...] pois se acaba o seu fim na história” (OLIVEIRA, 1894, p. 2) e mais adiante diz que “Todos agoniza-

mos em inércia desesperada e temos quase terror de vir a ter filhos por não sabermos que destino lhes traçar na terra” (OLIVEIRA, 1894, p.5).

Antero de Quental, sensível à “improcrastinável decadência” portuguesa, como diz nas suas *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos* (QUENTAL, 2005, p. 8). Neste opúsculo, a segunda das Conferências do Casino, proferida em 27 de Maio de 1871, fala da fatalidade da História de Portugal. Mais recentemente, Eduardo Lourenço reafirmaria a importância desta obra de Antero “para a história da nossa autognose de que a ‘Conferência’ é a primeira expressão mítica estruturada, ainda hoje actuante” (LOURENÇO, 1991, p. 149); uma leitura da História que «não é apenas objectivo e neutro instrumento de conhecimento do passado, mas auto-consciência de um presente que lê nele a profecia do seu triunfo” (LOURENÇO, 1991, p. 149). Antero, nas *Tendências Gerais da Filosofia na Segunda Metade do Século XIX* revela uma das linhas mestras do pensamento peninsular, ao observar que:

Será pois com segurança da mais bem fundada indução e na região mais alta em que o processo indutivo pode ser empregado, que a *síntese do pensamento moderno partirá do conhecimento do espírito* para o conhecimento do verdadeiro ser dessa aparência fenomenal, que a concepção científica apenas deixa ver seu lado exterior e mecânico. (QUENTAL, 1991, p. 96)

N’*As Farpas*, Ramalho Ortigão, ao tecer críticas à decadência nacional, reconhece na educação a aposta urgente que se impunha “para a regeneração intelectual e moral da raça nacional profundamente abatida, apática, enfraquecida, indiferente” (ORTIGÃO, 2007, p. 228), exortando aos os jovens para que, no futuro, deixassem de ser “uma geração de inúteis, incapazes de trabalho, de perseverança, de ordem, de economia” (ORTIGÃO, 2007, p. 228). Quanto a Oliveira Martins, num tom mais pessimista, diz que:

Chegámos todos á depressão da vontade, ao amesquinamento do caracter, e ao tédio morno da existencia passiva [...] e assim como se nos apagou a vontade, assim se nos entenebreceu a intelligencia, e se perverteu o divino sentimento do bello [...] Nunca o desapego à vida foi maior. (MARTINS, 1955, p. 65-66)

Eça de Queirós, ao discorrer a respeito de dois de seus confrades – Antero de Quental e Ramalho Ortigão – traça uma breve biografia intelectual na qual alude à Geração de 70.

Há quase doze anos apareceu, vinda parte de Coimbra, parte daqui, parte de acolá, uma extraordinária geração, educada já fora do catolicismo e do romantismo, ou tendo-se emancipado deles, reclamando-se exclusivamente da

Revolução e para a Revolução. Que tem feito ela? [...] Esta geração tem o aspecto de ter *falhado* (QUEIRÓS, 2000, p. 31).

O Portugal de Oitocentos é marcado por contingências que lhe abriram lacunas na idealização do seu percurso histórico e do seu passado imperial. Dizer, entretanto, que as Conferências do Casino fracassaram de todo, que nada se conseguiu realizar, soa um tanto exagerado. É verdade que as ideias da Geração de 70 não se aplicam à situação de Portugal em 1890, como bem observa Eduardo Lourenço ao dizer que Portugal dos fins do século XIX e princípios do XX “assistirá estupefato e incrédulo a uma operação de magia poética incomparável destinada *a subtraí-lo para sempre* àquele complexo de inferioridade que a Geração de 70 ilustra com tão negra e fulgurante verve” (LOURENÇO, 2007, p. 100). Para Lourenço, a grande marca da sociedade finissecular é o sentimento de cansaço, de frustração, de desilusão.

É também desta postura face à vida que leva Oliveira Martins a escrever sobre o mal do século que “É o suicídio, que nunca foi tão frequente. Nunca o desapego à vida foi maior” (MARTINS, 1896, p. 96). E, também, Fialho de Almeida, ao dizer que “A vida é uma peça, e quem a acha má tem dois recursos: pateá-la, é o meu caso, ou ir-se embora, o que é o caso dos suicidas. Suportar a farsa toda, lá porque a maioria gosta dela, um disparate! [...] o suicídio entrou de vez nos hábitos lisboetas” (ALMEIDA, 1935, p. 207-208). Basílio Teles comunga de semelhantes pontos de vista:

No programa da existência dos mais eminentes desses homens vemos, com a mais sincera mágoa, a inspiração dum desespero que chega já a formular-se em sistema filosófico. Uns suicidam-se; outros sequestram-se em tebaidas, onde não possam ir afligi-los os surdos rumores da catástrofe que se avizinha; alguns desinteressam-se propositadamente das questões políticas e sociais, para se votarem a trabalhos restritos e miúdos de erudição ou de ciência; [...] Estoicismo, resignação honesta, epicurismo desbragado e odioso – eis o triplo aspecto que reveste o convencimento comum de que estamos a assistir ao *Finis Patriae*. (TELES, 1905, p. 220-221)

Eduardo Lourenço chama essa atmosfera finissecular de “natural ressaca de um século de prodigiosas mutações”, que contrastava com a “crença universal do século, o seu grande mito popular concretizado pela confiança nos poderes da Ciência e nos seus efeitos para a melhoria material e moral da Humanidade” (LOURENÇO, 1992, p. 32). Eduardo Lourenço evidencia, assim, o sentimento de desalento, a desistência que caracterizaram uma geração que, antes tão ativa, tão combativa, que tentava revolucionar a sociedade no meio da qual foi criada, agora se sentia fracassada.

Eça de Queirós, em “A decadência do riso” – ensaio publicado nas *Notas Contemporâneas* – sintomaticamente analisa o comportamento típico da sociedade europeia, apontando o sentimento de decadência de seu tempo: “Decerto, folheando os nossos livros, cruzando as nossas multidões, vivendo o nosso viver, o bom Rabelais diria que “*chorar é próprio do homem*” – porque o largo e puro riso do seu tempo não o encontraria em face alguma.” (QUEIRÓS, 2000, p. 164). Então, dirá mais adiante que sobre as razões dessa decadência:

Eu penso que o riso acabou – porque a humanidade entristeceu – por causa da sua imensa civilização. [...] Quanto mais uma sociedade é culta – mais a sua face é triste. Foi a enorme civilização que nós criamos nestes derradeiros oitenta anos, a civilização material, a política, a econômica, a social, a literária, a artística que matou o nosso riso, como o desejo de reinar e os trabalhos sangrentos em que se envolveu para o satisfazer mataram o sono de Lady MacBeth. Tanto complicámos a nossa existência social, que a Acção, no meio dela, pelo esforço prodigioso que reclama, se tornou uma dor grande: - e tanto complicámos a nossa vida moral, para a fazer mais consciente, que o pensamento, no meio dela, pela confusão em que se debate, se tornou uma dor maior. O homem de acção e de pensamento, hoje, está implacavelmente votado à melancolia. (QUEIRÓS, 2000, p. 165)

Eça dirá, também, que “a crise é a condição quase regular da Europa” (QUEIRÓS, 2000, p. 149) apontando para o fato de que o declínio da sociedade é comparável às quatro estações da natureza, fenecendo no Inverno porque tal “é a vida; é a ordem” e que a “marcha dolorosa” da decadência não é mais do que um duro Inverno:

de sorte que os males presentes, as crises, as misérias, não são mais que o natural deperhecimento de Dezembro na floresta humana, donde surgirá uma mais viva, mais rica vegetação de liberdades e de noções [...] E assim, aos tombos e aos socos, ora destruído, ora re florido, o mundo avança irresistivelmente. (QUEIRÓS, 2000, p. 151-152)

Num conto seu, significativamente intitulado “A Catástrofe”, Eça de Queirós relata, na voz do narrador, a experiência do fim da pátria em virtude da invasão estrangeira, apontando que a rendição portuguesa é o resultado de um estado de avançada decadência nacional, tendo contribuído, para este estado, fatores diversos. Será depois do Ultimato que muitos autores veriam nessa hora extrema – simbolicamente a morte da Pátria – o esgotamento das forças da nação.

Em 1909, no texto dramático *O Fim*, António Patrício dramatiza o tema, glosando o motivo da invasão estrangeira, em que alegoricamente lê-se o “fim da Monarquia” ou, mais apocalipticamente, o luto perpétuo de uma nação sempre ameaçada pela possibilidade de extinção. Ao trazer

em epígrafe¹² um fragmento de *Crepúsculo dos Ídolos*, de Nietzsche, Patrício dá ao seu texto dramático justamente a ideia – por meio da tragédia de uma Rainha enlouquecida pelo sofrimento e que depois do Regicídio vagueia pelo Palácio, rodeada apenas por dois aristocratas – do crepúsculo dos ídolos e dos deuses. Oscilando entre a memória obsessiva dum passado heroico, que parece não encontrar expressão na nova realidade, e um olhar ensombrado pelo presságio e pelo medo, as personagens da peça exprimem a enorme solidão dos deslocados de qualquer realidade. O texto dramático *O Fim* consubstancia a visão mística da queda da monarquia, prevendo-se a sua iminente queda. Numa das passagens do texto, no Paço, à espera do inevitável apocalipse, em ambiente de loucura coletiva, uma criada sentenciou: “É o dia do juízo” (PATRÍCIO, 2010, p. 21). Um Desconhecido, que tinha assistido à catástrofe, dirigiu-se ao Paço e relatou o sucedido: “Foi a Primavera trágica de um povo que hibernava há séculos, marasmado. Mais vermelha talvez por ser a última...” (PATRÍCIO, 2010, p. 23). O povo, certo do fim próximo, ao avistar as esquadras estrangeiras levou farnéis para assistir ao evento. Na fala do Desconhecido: “com uma certeza vaga de sonâmbulos, uma esperança de superstição puerilíssima, espécie de sebastianismo tateante...” (PATRÍCIO, 2010, p.23), que, com a entrada das esquadras estrangeiras prosseguia no seu relato, assinalando que o sino da Basílica, que saudara a chegada dos galeões das descobertas:

mudo há séculos como a Raça, despertou com uma voz de maldição, rugindo, uivando, vingador, povoando a noite de avejões, fauna em delírio, superstições da Índia, lendas mortas... Pouco a pouco, em cada torre, nas centenas de igrejas que existiam, descendo as sete colinas da cidade, os sinos iam acordando ao chamamento do avoengo fulminador que da Basílica cortava o ar como um profeta em fúria... [...]Dir-se-ia o *Requiem* de assombro por um povo, reboando em versículos de vertigem de mil torres de granito, alucinadas!... (PATRÍCIO, 2010, p. 24)

Com o toque dos sinos, homens e mulheres se armaram. O embate chegou e, com o tiroteio frenético, “membros de cadáveres voavam como num ciclone de asas partidas!...” (PATRÍCIO, 2010, p. 25). O pânico toma conta da multidão, que foge desenfreadamente. Mais uma vez toca o

¹² “L’affirmation de la vie même dans ses problèmes les plus étranges et plus ardues; la volonté de vivre se réjouissant de faire le sacrifice de ses types les plus élevés, au bénéfice de son propre caractère inépuisable – c’est ce que j’ai appelé dyonisien, c’est en cela que j’ai cru reconnaître le fil conducteur que même à la psychologie du poète tragique.” – “A afirmação da vida, também nos seus problemas mais estranhos e mais árduos; a vontade de viver, regozijando-se no sacrifício de seus tipos mais elevados, por seu próprio caráter inesgotável – é o que chamei dionisíaco, é nisso que acreditei reconhecer o fio condutor para a psicologia do poeta trágico (NIETZSCHE, 2006, 106)

sino da Basílica e a multidão se deteve, entregando-se voluntariamente ao sacrifício. O efeito foi tal que o inimigo, vendo que a defesa se calara, sequer se atrevera ao desembarque, e a metralha proveniente das esquadras durou horas, após o que procederam ao desembarque, abrindo uma rua entre os incontáveis cadáveres. Numa figuração bastante simbólica, a Basílica se autodestrói, causando temor nos invasores, que debandam “desta terra de loucura”, em cuja capital “os mortos reinam”. O Desconhecido acreditava ter chagado a hora de renascer das cinzas: “Agora... Morreu a capital: há mais país. Triunfar pela vida ou pela morte, mas triunfar. Fomos iniciados” (PATRÍCIO, 2010, p. 26).

O Desconhecido concita o povo a lutar para evitar o “suicídio colectivo” e contrapõe “aos últimos dias de um povo” o heroísmo desse povo levantado em armas contra o invasor. Ao toque insistente dos sinos, a “Raça” desperta numa vitória conseguida sobre os escombros:

A AIA, *com desespero*.

Ouviu bem? Ouviu?... Isto é de endoidecer. De um lado uma esperança absurda, do outro uma visão de manicómio... (*Pondo-se em frente dele*) Não é evidente para si, não é evidente para que ainda mesmo que se realizasse o impossível de evitar o desembarque das esquadras, outras viriam, mais, até esmagar-nos?... Quem exige um suicídio colectivo, um heroísmo monstruoso e inútil?

O DESCONHECIDO

A lógica da Raça. É inevitável. (PATRÍCIO, 2010, p. 27)

Insistindo a falar com a Rainha-Mãe para que conseguisse o impossível, o Desconhecido a vê indiferente ao Apocalipse que exterminara a capital do seu Reino, preparando-se para um banquete ilusório, profere apenas “Tenho fome”. O Desconhecido, então, que procurava fazer renascer a Nação, percebe não haver mais nada a fazer. Era o fim da monarquia que já nem tinha alento para lutar pela sua própria sobrevivência, resignando-se à queda inevitável.

Desta maneira, tanto o conto de Eça de Queirós quanto a peça de António Patrício, para além da ideia de fim da pátria, registram uma aguda crítica às causas da decadência nacional, de que, dentre todas elas – políticas, econômicas, diplomáticas e culturais –, talvez a mais contundente e que mais foi um contributo para o contágio do mal-estar coletivo, tenha sido a decadência moral. Alfredo da Cunha e Trindade Coelho, por exemplo, ao assinarem a “Apresentação” do primeiro número da *Revista*

Nova, após lembrarem que se vive justamente num período de crise moral, intelectual, econômica e mental, afirmam a necessidade de se reagir contra a onda de estrangeirismo, e afirmam que “nenhum outro período da nossa história literária poderia servir-nos de melhor modelo do que aquele em que um Frei Luís de Sousa bordava e rendava a palavra” (CUNHA; COELHO, 1893, p. 1).

Novamente Eça, num artigo intitulado “Positivismo e Idealismo”, publicado em 1893, aponta que o Positivismo de Augusto Comte, que tanta escola fez em Portugal, tornava-se saturado, gerando, inclusive, um sentimento de revolta, conforme explica:

Quais são as causas, quais as consequências desta revolta? A causa é patente, está toda no modo brutal e rigoroso com que o positivismo científico tratou a imaginação, que é uma tão inseparável e legítima companheira do homem como a razão. O homem desde todos os tempos tem tido (se me permitem renovar esta alegoria neoplatônica) duas esposas, a razão e a imaginação, que são ambas ciumentas e exigentes, o arrastam cada uma com lutas por vezes trágicas e por vezes cómicas, para o seu leito particular - mas entre as quais ele até agora viveu, ora cedendo a uma, ora cedendo a outra, sem as poder dispensar, e encontrando nesta coabitação bigâmica alguma felicidade e paz. Assim Arquimedes tinha por emblemas na sua porta um compasso e uma lira. O positivismo científico, porém, considerou a imaginação como uma concubina comprometedora, de que urgia separar o homem; e, apenas se aposou dela, expulsou duramente a pobre e gentil imaginação, fechou o homem num laboratório a sós com a sua esposa clara e fria, a razão. O resultado foi que o homem começou a aborrecer-se monumentalmente e a suspirar por aquela outra companheira tão alegre, tão inventiva, tão cheia de graça e de luminosos ímpetos, que de longe lhe acenava ainda, lhe apontava para os céus da poesia e da metafísica, onde ambos tinham tentado voos tão deslumbrantes. (QUEIRÓS, 2000, p. 264-265)

A decadência da pátria desgastou toda uma geração que, porém, antevia, na mocidade a esperança, depositando uma forte esperança em Portugal, como no final d’*A Catástrofe*, em que as famílias portuguesas praticam em segredo o culto da pátria, e cujo amor se manterá aceso nos seus filhos; também no desfecho de *Finis Patriae* e de *Pátria*, ambos de Guerra Junqueiro, apontando a confiança de que é dessa mocidade depende a regeneração nacional; na “Autópsia Final”, Gomes Leal escreve:

Melhorai os vossos corpos e os vossos espíritos [...] Sede naturais e sinceros. Deixai cair as máscaras. Buscai o aplauso de vós mesmos, no trabalho, na oficina, ou no gabinete [...] Mas o que é essencial é que torneis – moralmente – vossos filhos melhores que vós!... Equilibrar os física e moralmente, formai-lhes bons músculos e bom coração. (LEAL, 1899, p. 396-398)

O que acontece, afinal, é que se a Geração de 70 – com escritores como Eça, Antero e Oliveira Martins – nasceu sob o signo de um huma-

nismo realista e crítico, os artistas que os sucederam, já no cenário de crise finissecular – dos quais se destacam Eugénio de Castro, Raul Brandão, António Nobre e Alberto de Oliveira – nasceu sob o signo dum idealismo subjetivista. Coube ao primeiro grupo, portanto, as expressões dos ideais e problemas de seu tempo, procurando funcionar, pelas expressões das letras, como uma pedagogia social; ao segundo, coube obliterar a noção de tempo, privilegiando a expressão de uma arte atemporal, marcada por certa efervescência mítica.

Nesse período de fermentação das imagens míticas do imaginário português, a literatura de fim-de-século estabelece com o campo histórico, pelas vias do simbólico, reflexos do desejo de o escritor repensar esteticamente o ser português, para tentar encontrar o seu lugar no mundo. No contexto político e social, Portugal encontrava-se profundamente marcado pela instabilidade, fazendo emergir uma forte atmosfera de pessimismo e desalento. A escrita literária revela um renascido patriotismo, reerguendo vultos históricos como figuras mitificadas e, também, exemplares de um povo letárgico. Como ressalta José Mattoso, “a sobreposição da História e do mito agravou o sentimento de ‘decadência’ nacional, mas o seu carácter heroico constitui um forte apoio para fortalecer os sentimentos patrióticos, e consequentemente a consciência de identidade nacional” (MATTOSO, 2008, p. 103-104).

As figuras mitificadas resgatam um passado saudoso e glorioso, ou extremamente trágico, retomando, assim, um fato histórico de importância moral e afetiva para a nação, que busca no passado uma forma de reviver as imagens que guardam a identidade da cultura nacional. É por isso que se pode afirmar que “determinadas realidades humanas que sentimos ou pressentimos como fundamentais estão fora do alcance da crítica. O mito exprime essas realidades, na medida em que nosso instinto o exige” (ROUGEMONT, 1988, p. 20).

As décadas finais do século XIX são fortemente marcadas pelo Simbolismo francês, o que provocará uma viragem decisiva nas concepções estéticas e estilísticas que até então vigoravam. Quanto a isso, em artigo publicado em *A Águia*, Jaime Cortesão sustentava:

O materialismo e o positivismo, que durante tanto tempo reinaram no mundo das ideias, tentando secar as fontes eternas do sentimento, já lá vão... Para substituir os dogmas antigos, tinham os sábios criado dogmas tanto, ou mais antipáticos e esterilizantes que aqueles. A corrente predominante no pensamento moderno é a do idealismo, da livre metafísica e a duma vasta e individualizada religiosidade. Antero, o divino Antero, previu-a e anunciou-a.

Pois bem aí estão os Poetas portugueses a dar-lhe razão e à frente desse profundo movimento, que já abraça todo o mundo. (CORTESÃO, 1990, p. 276)

Veiga Simões n' *A Nova Geração* aponta para os rumos da nova literatura portuguesa, mostrando os esforços da cultura nacional e europeia, no sentido de trilhar novos caminhos, alguns deles de inspiração do pensamento de Friedrich Nietzsche e de Arthur Schopenhauer, nomeadamente as correntes simbolistas:

É nesta contínua efervescência de novos remédios, de salutares remédios, que vemos, ora o anarquismo dominando objectivamente na literatura, [...], ora o completo refugio em si mesmo, ora vistas e aspectos inteiramente novos, com as bizarras criações dos simbolistas e estetas franceses, entroncadas em Nietzsche e Schopenhauer... (SIMÕES, 1911, p. 103)

Então, se referindo ao idealismo contemporâneo enquanto reacção ao realismo, escreve:

A reacção começada na literatura corria paralelamente à reacção filosófica. E o subjectivismo de Nietzsche, desconcertando o seu tempo, levantando protestos da filosofia oficial e da literatura oficial, é a ponte de passagem do realismo caído para o idealismo contemporâneo.[...] ainda perto do realismo, e com tendências mais próximas do realismo que do movimento idealista, Nietzsche, circunscrevendo-se na existência imediata do homem, lançou as bases do seu subjectivismo que veio a dominar alguns dos seus maiores artistas, D'Annunzio à frente. (SIMÕES, 1911, p. 215-216)

As produções literárias dos escritores portugueses do século XIX e da transição para o século XX ultrapassam, portanto, a fronteira demarcada pelas correntes e estéticas literárias, para vez ou outra revisitarem o tema da decadência nacional, e, a partir daí, formular e reformular ideias e teorias. Assim, parece bem verdadeiro o que diz Joaquim Manso, ao afirmar que “cada civilização se organiza em torno de certas presenças que nos acompanham, suscitadas pelas nossas febris interrogações” (MANSO, 1936, p. 22). As figuras históricas, portanto, que à categoria de mitos ascenderam – sendo-lhes anuladas as referências espaço-temporais – alcançam uma dimensão universal em sua capacidade de dizer.

É neste contexto que se pode pensar a produção literária de António Patrício, que, apesar de sempre ter rejeitado integrar qualquer grupo ou movimento literário, escreveu, enquanto dramaturgo, os textos mais significativos da literatura teatral de tendência simbolista em Portugal. Numa hermenêutica ancorada na mitocrítica, permite-se entender que há, sobretudo, nos três textos dramáticos de António Patrício a *vocação nostálgica do impossível*, para dizer de acordo com Gilbert Durand, ao afirmar que:

toda a narrativa [...] possui um estreito parentesco com o *sermo mythicus*, o mito [...] porque uma obra, um autor, uma época [...] está obcecada de forma explícita ou implícita por um (ou mais do que um) mito que dá conta de modo paradigmático das suas aspirações, dos seus desejos, dos seus receios, dos seus temores. (DURAND, 1996, p. 246)

Através da mitocrítica, Durand centra o processo compreensivo no relato mítico inerente à significação do relato, dirigindo-se para o descobrimento do mito pessoal do autor, de seu fantasma dominante. Com isso, crê que as grandes obras não falam de um homem e de sua vida, mas do homem em sua universalidade, atravessando, portanto, barreiras de ordem vária, como as culturais, as históricas e as sociais.

O que há é um número limitado de mitos que definem as mitologias das grandes civilizações. Aplicando o método de crítica literária aos textos dramáticos de António Patrício, observa-se que o escritor português centra o processo compreensivo no relato mítico inerente à significação do relato histórico. Ou seja, o que António Patrício faz é dar voz a personagens que saltam da História e atingem a dimensão de mitos paradigmáticos, pois, como Durand (1996, p. 234) mesmo diz, todo personagem histórico tem bases míticas e todo texto contém, de forma subjacente, um mito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Fialho de. *Os gatos* – vol. II. 6. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1935.
- CORTESÃO, Jaime. *Os descobrimentos portugueses*. Volume I. Lisboa: INCM, 1990.
- CUNHA, Alfredo; COELHO, Trindade. Apresentação. *Revista Nova*: Lisboa, nov. 1893.
- DIAS, Augusto da Costa. *A crise da consciência pequeno-burguesa* – I. O nacionalismo literário da geração de 90. 2. ed. Lisboa: Portugália, 1964.
- DURAND, Gilbert. *Campos do imaginário*. Tradução de Maria João Batalha Reis. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- _____. *As estruturas antropológicas do imaginário*. Tradução de Helder Godinho. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FRANCO, António Cândido. Filologia, origem e arcaísmos da palavra *Saudade*. In: LOUÇÃO, Paulo Alexandre. *A alma secreta de Portugal*. 4. ed. Lisboa: Ésquilo, 2007.

GARRETT, Almeida. *Portugal na balança da Europa*. 2. ed. Porto: Typographia Commercial, 1866.

LEAL, Gomes. *Fim de um mundo*. Porto: Livraria Chardron, 1899.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Mito e significado*. Tradução de António Marques Bessa. Lisboa: Edições 70, 1987.

LIMA, Isabel Pires de (Org.). *Antero de Quental e o destino de uma geração: actas do colóquio internacional no centenário da sua morte*. Faculdade de Letras do Porto, 20 a 22 de novembro de 1991.

LOURENÇO, Eduardo. Dois fins de século. In: *Atas do XIII encontro de professores universitários brasileiros de literatura portuguesa*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.

_____. *O labirinto da saudade. Psicanálise mítica do destino português*. Lisboa: Gradiva, 2007.

MANSO, Joaquim. *Pedras para a construção dum mundo*. Lisboa: Liv. Bertrand, 1936.

MARTINS, Oliveira. *Literatura e filosofia*. Lisboa: Guimarães, 1955.

_____. *História de Portugal*. 14. ed. Lisboa: Guimarães, 1964.

MATTOSO, José. *A identidade nacional*. 4. ed. Lisboa: Gradiva, 2008.

OLIVEIRA, Alberto de. *Palavras loucas*. Coimbra: França Amado, 1894.

ORTIGÃO, Ramalho. *As farpas completas: O país e a dociedade portuguesa*. Edição de Ernesto Rodrigues. Lisboa: Círculo de Leitores, 2007.

PATRÍCIO, António. *O fim*. Minho: Edições Vercial, 2010.

QUADROS, António. *A ideia de Portugal na literatura portuguesa dos últimos cem anos*. Lisboa: Fundação Lusíada, 1989.

QUEIRÓS, Eça de. *Notas contemporâneas*. Lisboa: Livros do Brasil, 2000.

QUENTAL, Antero de. *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*. Lisboa: Nova Ática, 2005.

ROUGEMONT, Denis de. *O amor e o ocidente*. Tradução de Paulo Brandi e Ethel Brandi Cachapuz. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. *História da literatura portuguesa*. Porto: Porto Editora, 1997.

SIMÕES, Veiga. *A nova geração*. Coimbra: França Amado, 1911.

TELES, Basílio. *Do ultimatum ao 31 de janeiro*: Esboço de história política. Porto: Chardron, Lello & Irmão, 1905.

VIÇOSO, Vítor. A literatura Portuguesa (1890-1910) e a Crise Finissecular. In. *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX*. Actas do Seminário organizado pelo Centro de História da Universidade de Lisboa. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002.